

DEMANDAS FEMINISTAS EM PORTAIS ONLINE NO PARÁ: UMA ANÁLISE DA PRESENÇA DE TEMAS E FONTES NA COMUNICAÇÃO REGIONAL

FEMINIST DEMANDS IN ONLINE PORTALS IN PARÁ: AN ANALYSIS OF THE PRESENCE OF THEMES AND SOURCES IN REGIONAL COMMUNICATION

Rayza Sarmento ¹

Adriany Vanessa S. da Silva de Lima ²

Resumo

Este texto, por meio da literatura de movimentos sociais e comunicação, discute quais são as ativistas feministas e as pautas mais frequentes acerca do feminismo presentes nos dois maiores portais de notícias da capital paraense: *O Liberal.com* e *Diário do Pará Online (DOL)*. A empiria se concentra entre os anos de 2019 a 2022 e se volta a 41 textos, por meio da análise quanti-qualitativa de conteúdo. Os resultados apontam a presença recorrente de fontes ligadas às universidades, como pesquisadoras e professoras, e poucas de movimentos feministas do campo popular, bem como às temáticas de violência e imagem corporal como as mais presentes no corpus.

Palavras-chave

feminismo; jornalismo online; fontes; Pará.

Abstract

This text, through the literature of social movements and communication, discusses which are the feminist actresses and the most frequent agendas about feminism present in the two largest news portals in the capital of Pará, *O Liberal.com* and *DOL*. The content analysis focuses on the years 2019 to 2022 and focuses on 41 texts, through quantitative-qualitative content analysis. The results point to the recurrent presence of sources linked to universities, such as researchers and professors, and few feminist movements in the popular field, as well as the themes of violence and body image as the most present in the corpus.

Keywords

feminism; online journalism; sources; Pará.

¹ Doutora em Ciência Política (UFMG), professora adjunta da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (UFPA), coordenadora do GCODES – Grupo de Pesquisa em Gênero, Comunicação, Democracia e Sociedade (CNPq) e pesquisadora associada ao Margem/UFMG – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça, rayzasarmento@ufpa.br, <https://orcid.org/0000-0002-9817-7941>, <http://lattes.cnpq.br/2829775863179545>.

² Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA), pesquisadora do GCODES – Grupo de Pesquisa em Gênero, Comunicação, Democracia e Sociedade (CNPq), limaadrianyvanessa26@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0000-6817-3985>, <http://lattes.cnpq.br/7896070979762146>.

Introdução

A literatura sobre movimentos sociais e confronto político, com alguma frequência, têm utilizado a produção midiática como documento importante para compreensão do desenrolar de demandas coletivas no espaço público (Silva; Araújo; Pereira, 2016; Tatagiba; Galvão, 2019). Sem desconsiderar as dinâmicas político-editoriais e os vieses de seleção característicos dos veículos, bem como observando as dinâmicas de poder que atravessam o acesso aos meios de comunicação tradicionais, eles se configuram como uma arena para compreender como demandas públicas *aparecem*, quem são os atores políticos convocados para falar sobre elas e quais temas ganham proeminência, sobretudo em contextos regionais.

A agenda dos *media*, suas fontes e suas formas de enquadrar a realidade são elementos importantes para a compreensão de dinâmicas da ação coletiva (Gamson, 2011). No caso específico de demandas feministas, nos últimos anos, temos observado uma inclusão crescente das pautas e atrizes políticas nos veículos noticiosos, em face de coberturas pejorativas ocorridas em décadas anteriores³.

Neste texto, buscamos explorar como ativistas e reivindicações feministas específicas da capital paraense estiveram presentes em dois portais comerciais de notícias do estado. Foram escolhidos os portais *DOL (Diário do Pará Online)* e *O Liberal.com*, ambos sites ligados aos dois maiores jornais impressos paraenses de mesmo nome. Quem são as feministas paraenses segundo tais notícias? Quais organizações ou grupos são mais mobilizados? Quais temas emergem na cobertura? Essas são algumas perguntas que guiam a análise que traçamos no artigo.

A seguir, discutimos a relação entre ativismo e meios de comunicação, junto às reflexões sobre a presença midiática dos feminismos brasileiros. Posteriormente, informamos nossos caminhos metodológicos e análise das notícias coletadas.

Olhar os ativismos a partir do jornalismo online

A cobertura jornalística sobre movimentos sociais ou especificamente de suas pautas é um veio corrente de preocupação do campo da Comunicação e Política no Brasil, sobretudo voltado para as discussões sobre ativismos (Sarmiento; Massuchin; Mendonça, 2021). As formas públicas de aparecimento da ação coletiva de minorias políticas em espaços midiáticos noticiosos ou de entretenimento são objeto acadêmico e socialmente importante dado o pouco acesso que, historicamente, tais grupos têm aos meios de comunicação tradicionais.

Para além disso, quando conseguem entrar na agenda da mídia, formas de enquadramento⁴ desiguais também atravessam essa presença. De acordo com Maia (2008, p. 201), os agentes midiáticos podem atuar promovendo discussões no espaço

3 Para saber mais, conferir Sarmiento (2017), em que demonstramos em ampla pesquisa histórica sobre o assunto.

4 Em obra recente, Maia e Sanglard (2022) discutem especificamente a abordagem metodológica de análise de enquadramento para o estudo de processos comunicacionais, a qual não é adotada neste trabalho. Para uma discussão sobre as diferentes operacionalizações do termo, ver Mendonça e Simões (2012) e, mais especificamente, sob uma perspectiva feminista, consultar Sarmiento (2019).

de visibilidade ou “banalizar discussões políticas relevantes, obnubilar ou distorcer informações, excluir ou deslegitimar a voz de certos atores”. Nesse ínterim, também é preciso considerar, segundo a autora, os “recursos organizacionais e comunicativos altamente assimétricos” (Maia, 2008, p. 202) dos atores coletivos.

Jasper (2016, p. 104) sustenta que os meios de comunicação são fundamentais para a transformação de temas considerados privados a determinado grupo como uma “controvérsia pública legítima”. Nesse sentido, podemos citar, em pesquisas anterior a cobertura do feminismo brasileiro, ao longo de um século no jornal *Folha de São Paulo*, alternando entre a consideração da legitimidade de reivindicações e um lugar estereotipado e desviante para as ativistas (Sarmiento, 2017; 2020), de forma próxima com o que se observa também na literatura internacional (Mendes, 2011). Ainda carece de reflexão mais aprofundada o impacto que a abertura sobre tais pautas gera nos contextos regionais de comunicação, para os quais este trabalho pretende somar esforços.

Neste artigo, aproximamos tais debates sobre como os movimentos sociais aparecem na mídia da literatura crescente no Brasil sobre a *contentious politics* e seu investimento histórico em observar os jornais como documentos para a compreensão da ação coletiva.

A teoria do confronto político – que emerge na literatura dos movimentos sociais a partir dos anos de 1970 – baseia-se na explicação das interações realizadas entre atores e grupos por meio da construção de reivindicações que desafiam interesses (McAdam; Tilly; Tarrow; Tilly, 2009), a fim de superar explicações que se focavam apenas na motivação psicológica dos indivíduos. Segundo os autores, com frequência atores institucionais do Estado são parte-alvo dessas reivindicações.

Para os teóricos do confronto, é possível entender a emergência e a constância dos movimentos sociais a partir da ideia de “oportunidades políticas”, que permitem compreender os incentivos que um determinado contexto social e/ou institucional possui para a inserção de demandas públicas (Tarrow, 2009).

Essa linha teórica construiu lentes específicas para a leitura da atuação pública de políticas de confronto, em especial com a ideia de repertórios, como o conjunto histórico de ações realizadas pelos atores sociais ou as formas de apresentação das reivindicações, com um catálogo perene, que permite alguma maleabilidade de execução. “Os repertórios não são simplesmente uma propriedade dos atores do movimento; são uma expressão da interação histórica e atual entre eles e seus opositores” (McAdam; Tarrow; Tilly, 2009, p. 24). No uso de um conjunto limitados de práticas e rotinas que formam os repertórios – como greves, passeatas, boicotes –, os movimentos sociais realizam a tarefa fundamental, segundo Jasper (2016, p. 14), de “criar novos significados”.

Fontes como jornais impressos, particularmente, têm sido objeto de análise recorrente para o entendimento de como esse confronto se expressa e quais os repertórios têm sido mobilizados (Tatagiba; Galvão, 2019). A abordagem de análise de eventos de protestos (AEP) com base na análise midiática, de acordo com Silva, Araújo e Pereira (2016), pode ser útil para o entendimento longitudinal de como o confronto político se tornou visível, a partir de elementos como duração, espaço, atores envolvidos, causas em disputa, entre outros.

Os autores sinalizam que, para além de ocorrências disruptivas, a AEP deve também observar “eventos de expressão pública de reivindicações e demandas coletivas, envolvendo ou não protesto” (Silva; Araújo; Pereira, 2016, p. 317). A partir do mapeamento via jornais, é possível vislumbrar, por exemplo, quem se identifica ou é publicamente identificado como um/a ativista.

Na literatura, essa não é uma definição tão unívoca. Abers (2021, p. 31) define ativismo como “ação orientada para a defesa de causas contenciosas”, de forma coletiva “como uma prática em grupo”. A autora defende que ele sempre envolve instituições. Já Mansbridge e Flaster (2007) acionam a ideia de “ativista cotidiano” para dizer dos atos individuais de sujeitos ordinários que enquadram suas ações sob uma matriz comum a um movimento social, ainda que não participe diretamente dele.

Nesta pesquisa, voltamo-nos para a forma como atrizes, grupos e reivindicações feministas se fizeram presentes no contexto do jornalismo online na capital paraense. A atuação política dos feminismos na Amazônia, em especial no Pará, é marcada por ampla diversidade, conforme sinaliza Álvares (2018). O que visualizamos no maior estado da região Norte se alinha com as dinâmicas observadas em outros contextos do território nacional, que, nos últimos anos, foi cenário da emergência de novos “campos discursivos de ação feministas”, nos termos de Alvarez (2014).

Multiplicados e ultrapassando as organizações formais, os grupos feministas passaram a reivindicar, para além das agendas clássicas desse movimento social, também formas novas de expressão, como aquelas autodenominadas de *coletivos* (Sarmiento, 2023). Essas articulações contemporâneas também se voltam de forma mais incisiva para a necessidade de um olhar interseccional às opressões vivenciadas pelas mulheres em sua multiplicidade. Conforme pontua Collins (2022, p. 77), uma leitura interseccional depende necessariamente da compreensão da constituição mútua entre os chamados marcadores sociais da diferença (raça, classe e gênero, entre outros) e acerca dos contextos ou da “localização social de indivíduos e grupos na intersecção das relações de poder”.

Com esse conjunto de discussões, propomos observar como o confronto político pode ser visualizado no jornalismo regional online quando focamos nas demandas feministas contemporâneas. A seguir, explicitamos as escolhas metodológicas.

Metodologia

Para a realização desta pesquisa, coletamos todo o conteúdo midiático publicado com os termos “feminismo”, “feminista” ou “movimento de mulheres” nos mecanismos de busca dos portais *DOL* e *O Liberal.com*. Dado que os veículos também republicam notícias nacionais, coletamos os textos cujo evento/ação fizesse referência ao contexto local, em especial situando pessoas ou acontecimentos ocorridos no Pará ou em Belém.

O portal *O Liberal.com*, antes *Portal ORM* (sigla de Organizações Rômulo Maiorana), é parte de um histórico grupo de comunicação do estado, com o mesmo nome,

que possui também o jornal impresso mais longo do Pará, bem como a afiliada Rede Globo local. Já o *DOL* integra a *Rede Brasil Amazônia de Comunicação*, afiliada *Bandeirantes* no estado, que possui um jornal de circulação diária, o *Diário do Pará*, de propriedade de uma família de políticos ligados ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sob a liderança, até 2022, de Jader Barbalho Filho, atual ministro das Cidades.

O *corpus* da pesquisa é de 41 textos, entre notícias e artigos de opinião, publicados entre 2019 e 2022. É importante ressaltar que se trata do conteúdo dos portais e não dos jornais impressos, cujas lógicas de produção de conteúdo e público-alvo são distintas. Entendemos que, no cenário atual de hiperconexão, o acesso aos portais diretamente ou via seus perfis em mídias digitais é um elemento importante para a compreensão de como aparecem pautas e atrizes feministas.

A coleta voltada aos dois portais comerciais de notícias se justifica pela crescente importância do jornalismo online. Dispondo de espaço menos constrangido para a construção das notícias, como aquele perceptível nas páginas de jornais ou no tempo de televisão, no jornalismo online, os tradicionais critérios de noticiabilidade puderam ser alargados (Aguilar; Barsotti, 2012). Junto a tal característica, somam-se outras diferenças com o jornalismo tradicional, tais como interatividade com o conteúdo noticiado, possibilidade de compartilhamento em outras plataformas, hipertextualidade e utilização de recursos de áudio e vídeo.

Essas inovações também convivem com uma necessidade de se obter métricas de acesso e audiência (Vieira; Christofoletti, 2019), que, por vezes, podem comprometer a função social do jornalismo. Observar a cobertura de atrizes e demandas feministas nos portais online de grande acesso no estado se mostra uma forma de conhecer se e como a multiplicidade do feminismo se expressa no jornalismo web no estado.

A identificação das fontes, enquanto vozes mobilizadas pelo jornalismo nas narrativas construídas na realidade, torna-se importante dado que a relação de quem fala e o espaço midiático envolve processos de negociação e legitimação daquele interlocutor (Pinto, 2000). Esse processo abrange disputas de poder, especialmente pelo espaço historicamente destinado a fontes oficiais e, em menor escala, a movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil (Traquina, 2008). Embora uma série de mudanças esteja ocorrendo nos últimos anos, principalmente na relação do jornalismo com a cobertura sobre o feminismo, perceber quem fala, quem tem acesso e sobre o que se fala no espaço midiático online se torna relevante.

Para a discussão a seguir, os textos foram codificados, com base na análise de conteúdo, em 12 categorias, nas quais destacam-se: a presença ou não de fontes feministas, o tipo de organização da fonte feminista, a heteroclassificação racial das fontes, a relação com o Estado, bem como os temas ligados às demandas feministas presentes nas notícias. Para a análise, trabalhamos com as especificações de Sampaio e Lycarião (2021) sobre análise de conteúdo, a fim de categorizar e quantificar variáveis dispostas nos produtos midiáticos, bem como discutir qualitativamente suas nuances.

Discussão dos resultados

Um primeiro dado importante a ser mencionado é que, à época da coleta, os referidos mecanismos de buscas dos portais retornaram textos a partir de 2019, assim a análise se concentra em quatro anos. Tal recorte também se insere em um período da história nacional em que as discussões de gênero se tornaram um amálgama de diferentes pautas conservadoras dentro do processo de regressão democrática, após a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro, em 2018 (Avritzer; Kerche; Marona, 2021; Biroli; Vaggione; Machado, 2020; Nicolau, 2020).

A distribuição de textos nos dois veículos é bastante similar, sendo 21 notícias no portal *DOL* e 20 em *O Liberal.com*. Nos textos que abordavam temas feministas, foi possível identificar diretamente, seja por meio do texto jornalístico ou em aspas diretas das entrevistas, fontes feministas em 80% das notícias. Dessas fontes, não foi possível realizar a heteroclassificação racial em mais da metade do *corpus* (56,1%), dada a ausência de imagens/fotografias ou descrição. No restante em que havia tal possibilidade, encontramos a presença de 24,3% negras (pretas e pardas) e 20% de mulheres brancas.

Em seguida, focamos nossas discussões em três achados da pesquisa: os tipos de fontes feministas visíveis nos jornais, os temas e sua interação com demandas ao Estado. O resultado encontrado na Tabela 1 evidencia que em mais de 50% dos textos não é possível identificar qual a organização que essa fonte feminista faz parte. Quando há uma organização identificada, conseguimos perceber que quase 20% são oriundas do espaço universitário, nomeadas como professoras e pesquisadoras. Instituições como a Universidade Federal do Pará, a Universidade do Estado do Pará e a Universidade da Amazônia são algumas das organizações a que estão vinculadas essas vozes mobilizadas pelos jornais, conforme exemplifica o trecho abaixo:

A professora da Uepa Gersa Barros Miranda apresentou em sua exposição a luta e o processo para a conquista do voto feminino na luta das mulheres pelas igualdades de direitos, desde antes da formalização do direito ao voto, mas que apenas em 24 de fevereiro de 1932 passou a ser reconhecido no Código Eleitoral, e assegurado o voto feminino na Constituição Federal de 1934. "A luta por esse direito está diretamente ligada ao esforço feminista pela equiparação de direitos entre homens e mulheres e remonta ao século XIX", detalhou a professora, que é doutora em História Social, mestra em história da Amazônia. Ela informou ainda que, antes do Código Eleitoral e a institucionalização na Constituição de 1934, esta luta foi travada desde o século anterior e a partir da década de 1920 as conquistas começaram a aparecer (Mulheres conquistavam..., *DOL*, 2022).

Após as fontes do âmbito acadêmico/universitário, aparecem mais recorrentemente vozes feministas ligadas ao setor cultural (17%), como o Coletivo Feminista Negro – Baile das Sereionas. Já os movimentos feministas do campo popular, organizados em coletivos e outros formatos mais clássicos, como o sindical, apresentam pouca visibilidade entre as pessoas ouvidas, com a citação direta de apenas dois deles, o Centro de Defesa do Negro no Pará (Cedenpa) e Coletivo Mulheres da Resistência e Luta.

No *corpus* de análise, não foram notados movimentos históricos de atuação em Belém, como o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (Fmap), o Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB), entre outros. Tal achado se aproxima das reflexões teóricas supramencionadas, acerca de uma pluralização das organizações feministas na contemporaneidade, bem como da necessidade, em face dos novos ou jovens feminismos, de recuperar politicamente as trajetórias históricas das ativistas.

Tabela 1 – Tipos de organização que a fonte feminista faz parte

Tipos de organização	Frequência	Porcentagem (%)
Não apresenta organização Organizações digitais (páginas, grupos)	22	53,66
Universidade (professoras e pesquisadoras)	8	19,51
Movimento cultural	7	17,07
Coletivos feministas	2	4,88
Movimentos feministas “clássicos”	1	2,44
Movimento sindical	1	2,44
Total	41	100,0

Fonte: Elaboração própria

Quando observamos os temas mais presentes nas notícias, conforme disposto na Tabela 2, a violência aparece em mais de 30% do *corpus*. Esse dado se liga com demais discussões do campo feminista, que mostra como o problema público da violência contra a mulher se tornou uma das principais pautas do movimento, com intensa ligação com as políticas públicas. A partir da luta histórica das feministas, desde a década de 1970, o enfrentamento à violência conseguiu adesão da sociedade, com a popularização da Lei Maria da Penha, bem como é um dos poucos temas que conseguem unir bancadas femininas, seja no contexto federal ou nos demais níveis administrativos (Almeida, 2007; Mano, 2021).

É importante notar que, mesmo com a presença forte do tema na cobertura online, são poucas as fontes ouvidas que atuam diretamente no combate à violência, sobretudo por meio de políticas públicas no aparato estatal. Nos textos sobre violência, o foco recai na necessidade de desnaturalização e no enfrentamento das práticas violentas, motivadas por casos de feminicídio.

No trecho a seguir, informa-se sobre a construção coletiva de um ato, em que são citadas as presenças de “movimentos sociais, familiares e amigos de vítimas e *até mesmo* partidos políticos”. Chama atenção a expressão “até mesmo”, quando entendemos a importância dos partidos, como instituições políticas, de agendarem debates e

pressionarem as demais instituições. A notícia é das poucas que traz um coletivo feministas não atuante no setor cultural como fonte.

A morte de uma filha, de uma irmã, de uma mãe vítimas de alguém que um dia jurou amor e proteção gera sequelas emocionais e estruturais em famílias que vivem o drama. A quantidade de mulheres mortas por atuais ou ex-companheiros cresce na mesma proporção que requer políticas de combate a este tipo de crime. Em busca de garantir ações do poder público nesta direção, um grupo de cerca de 200 pessoas, formado por movimentos sociais, familiares e amigos de vítimas e até mesmo partidos políticos se reuniu, na manhã desta sexta-feira (3), em Ananindeua. [...] Edivânia Alves, representante do coletivo Mulheres da Resistência e Luta, desabafou durante o manifesto. "O objetivo desse ato é chamar a atenção, mais uma vez, sobre a violência contra a mulher. O nosso slogan 'Parem de nos Matar!' está dizendo que as mulheres não são objetos de homens. O nosso corpo, a nossa existência, a nossa vida, nós temos o direito de existir", disse a professora universitária enfatizando a importância de se por fim à cultura do patriarcado. "Nós precisamos combater, portanto, a cultura do patriarcado, que é muito negativa. A gente precisa desconstruir aquela ideia de que o homem mata por amor. Quem ama não mata. Quem ama cuida" (Mulheres pedem..., DOL, 2021).

Em relação a outros temas apresentados nessas notícias, nota-se a presença forte de textos discutindo questões relacionadas a padrões estéticos sobre corpo e imagem das mulheres e combate à gordofobia (26,8%). Essa discussão tem sido forte nos feminismos contemporâneos.

Nas rodas de conversas do coletivo feminino, elas compartilham experiências, falam sobre aceitação do próprio corpo e de como combater o preconceito. "Somos um grupo feminista e combatemos tudo aquilo que oprime as mulheres, o seu corpo, a sua voz. É o respeito à liberdade de ser o que quiser, sem julgamentos de seus corpos, sem a imposição de estereótipos e pressões estéticas", define Roberta Brandão, idealizadora do baile (Pinto, 2020).

Matérias específicas sobre representação e participação de mulheres na política e feminismo negro aparecem com o mesmo percentual (9,7%). O dado pode ser problematizado especialmente pela temporalidade estudada abarcar o período eleitoral de 2020. A baixa presença de textos nos portais online sobre demandas feministas de representação ou ocupação de espaços de participação política pode revelar como essa pauta ainda precisa ser fortalecida como questão relevante para o jornalismo.

Tabela 2 - Temas mais comuns que eram discutidos nas notícias

Tema	Frequên- cia	Porcentagem (%)
Violência/assédio	13	31,71
Corpo-imagem	11	26,83
Outros	5	12,20
Representação e participação política	4	9,75
Feminismo Negro	4	9,75
Sexismo-denúncia	2	4,88
Cultura	1	2,44
Vivência Feminina	1	2,44
Total	41	100,0

Fonte: Elaboração própria.

Outro ponto que buscamos mapear na análise é concernente à forma como se demandam reivindicações ao Estado (em qualquer uma das esferas). No *corpus* analisado, mais de 60% das fontes ouvidas não apresenta, ao menos no texto dos portais, demandas explícitas às instituições estatais. No excerto a seguir, exemplificamos uma demanda que aparece de forma mais incisiva que é a cobrança por justiça, direcionada assim ao Poder Judiciário.

Os crimes contra a mulher têm crescido nos últimos meses e um dos casos mais revoltantes vai ao tribunal do júri. A Justiça julga nesta sexta-feira (8), o réu Boaventura Dias Lima, autor do assassinato da ex-candidata à prefeita de Currálinho, Leila Arruda. O crime ocorreu em novembro do ano passado, em um conjunto residencial no bairro do Tenoné, em Belém. [...] Também está sendo aguardada uma manifestação em frente ao prédio onde será o julgamento. De acordo com familiares, várias mulheres de Currálinho, na região do Marajó estão vindo para a capital paraense para acompanhar o júri, mesmo do lado de fora do prédio. A expectativa é de uma manifestação com familiares, amigos e admiradores de Leila, entre os filhos da vítima. Leila Arruda tinha 49 anos e teve dois filhos com seu assassino. Ela foi fundadora e militante do Movimento de Mulheres Empreendedoras da Amazônia (Moema), filiou-se ao PT em Currálinho aos 20 anos e era formada em

Pedagogia (Júri popular julga assassino de Leila Arruda nesta sexta, DOL, 07.10.2021).

No *corpus* de texto coletado, não apareceram, por exemplo, demandas sobre creches e jornadas de cuidado, melhorias de postos de trabalho ligadas à atuação dos feminismos na capital. É preciso ressaltar que se trata não de uma abordagem dos portais e não da ausência dessas demandas no seio dos movimentos feministas. Ao recuperarmos a ideia de que o confronto político, de acordo com Tarrow (2009), busca desafiar as instituições e lógicas vigentes, notamos que, no âmbito do conteúdo online dos portais, houve pouco espaço para que essa cobrança mais disruptiva pelos movimentos emergisse.

Considerações finais

Nesta pesquisa, observamos quais fontes de informação foram mobilizadas quando se aborda direta ou tangencialmente o feminismo nas notícias, junto a suas organizações e aos temas mais frequentes. A importância do jornalismo online no cenário contemporâneo é evidente e, por isso, voltamos-nos aos dois maiores portais sediados em Belém: *DOL* e *O Liberal.com*.

A partir da análise de 41 textos, publicados entre 2019 e 2022, identificamos que a diversidade do movimento feminista paraense não está disposta nessas notícias. Há apenas uma sobre representação de fontes do ambiente universitário e pouca mobilização de feministas do campo popular. Nesse sentido, não estamos, de forma alguma, desconsiderando a importância da reflexão acadêmica para o campo feminista, dadas as relações umbilicais da universidade com o movimento. Trata-se de um questionamento sobre a necessidade de os portais ampliarem o escopo de fontes ouvidas, visto a diversidade de perspectivas presentes em uma capital amazônica.

No tangente aos temas, destaca-se a presença da violência como a pauta mais recorrente a atravessar as publicações. Retomamos, também, o fato de que em poucos textos há demandas claras para as instituições estatais, como a cobrança efetiva do cumprimento de políticas públicas.

Iniciamos nossa discussão apontando como atores do campo da sociedade civil historicamente possuem espaço reduzido nos meios de comunicação tradicionais, o que se projeta para os portais analisados na capital paraense. Como fontes documentais e históricas utilizadas com frequência para a compreensão do confronto político, no caso analisado, há pouca diversidade de fontes ouvidas sobre feminismo no Pará, quando verificamos em quais organizações o conjunto de mulheres se concentra. Pluralizar essa cobertura no âmbito online é, ainda, reconhecer a existência das mídias sociais como espaços de suma importância para ter um entendimento das atrizes e as pautas feministas que possam ser identificadas nesses portais paraenses.

Referências

- ABERS, Rebecca. **Ativismo institucional**: criatividade e luta na burocracia brasileira. Editora UnB, 2021.
- AGUIAR, Leonel; BARSOTTI, Adriana. Mobilizar a audiência: uma experiência contemporânea no jornalismo on-line. **Revista Alceu**, v. 13, n.25, p. 5- 19, jul./ dez. 2012. Disponível em: http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/artigo1_25.pdf. Acesso em: 8 jul. 2024.
- ALMEIDA, Suely (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- ÁLVARES, Maria Luzia. Mulheres & movimentos-ativismo, empoderamento e espaços de poder. **Inc. Soc.**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 80-100, jan./ jun. 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4111>. Acesso em: 12 out. 2024.
- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 41, p. 13-56, jul./ dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>. Acesso em: 8 jul. 2024.
- AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. **Governo Bolsonaro**: retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.
- BECKMAN, Diego. Juri popular julga assassinato de Leila Arruda nesta sexta. **DOL**, Belém, 7 out.2021. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/676156/juri-popular-julga-assassino-de-leila-arruda-nesta-sexta?d=1#>. Acesso em: 8 jul. 2024.
- BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.
- GAMSON, William. **Falando de política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- JASPER, James M. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MAIA, Rousiley Celi Moreira; SANGULARD, Fernanda. Análise de enquadramentos. In: MAIA, Rousiley Celi Moreira (Org.). **Métodos de Pesquisa em Comunicação Política**. Salvador: Edufba, 2022. v. 1. p. 109-128.

MAIA, Rousiley. Conversação cotidiana e deliberação. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley Celi Moreira. **Comunicação e democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008. p. 195-219.

MANO, Maíra Kubík. **Atuar como Mulheres**: Um Olhar sobre a Política Institucional. Curitiba: Editora Appris, 2021.

MANSBRIDGE, Jane; FLASTER, Katherine. The cultural politics of everyday discourse: The case of "male chauvinist". **Critical Sociology**, v. 33, n. 4, p. 627-660, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/156916307X210973>. Acesso em: 12 out. 2024.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**: revista de cultura e política, p. 11-48, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100002>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MENDES, Kaitlyn. Framing feminism: news coverage of the women's movement in British and American newspapers, 1968-1982. **Social Movement Studies**, v. 10, n. 1, p. 81-98, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14742837.2011.545228>. Acesso em: 12 out. 2024.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 187-201, jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000200012>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MULHERES CONQUISTAVAM o direito ao voto há 90 anos. **DOL**, Belém, 21 fev. 2022. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/698593/mulheres-conquistavam-o-direito-ao-voto-ha-90-anos?d=1>. Acesso em: 8 jul. 2024.

MULHERES PEDEM fim de feminicídios em Ananindeua. **DOL**, Belém, 3 set. 2021. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/670556/mulheres-pedem-fim-de-feminicidios-em-ananindeua?d=1>. Acesso em: 8 jul. 2024.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PINTO, Ericka. Um tapa na cara da gordofobia em Belém. **O Liberal**, 5 dez. 2020. Disponível em: <https://www.oliberal.com/para/um-tapa-na-cara-da-gordofobia-em-bel-lem-1.332965>. Acesso em: 8 jul. 2024.

PINTO, Manoel. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e Sociedade** 2, v. 14 (1-2), p. 277-294, 2000. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5512/1/CS_vol2_mpinto_p277-294.pdf. Acesso em: 8 jul. 2024.

SAMPAIO, Rafael. LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021.

SARMENTO, Rayza. **Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)**. 2017. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SARMENTO, Rayza. Análise de enquadramento e epistemologia feminista: discutindo implicações metodológicas. **Teoria e pesquisa**, v. 28, p. 97-117, 2019.

SARMENTO, Rayza; MASSUCHIN, Michele. MENDONÇA, Ricardo F. Comunicação e Política no Brasil: um panorama recente. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais** – BIB, v. 95, p. 1-39, 2021.

SARMENTO, Rayza. Expressões político-digitais de coletivos feministas no Instagram. **Alceu**, v. 22, n. 48, p. 86-101, 2023.

SILVA, Marcelo K.; ARAÚJO, Gabrielle O.; PEREIRA, Matheus M. Análise de Eventos de Protesto no Estudo de Repertórios Associativos. In: ROBERTT, Pedro et al. (org.). **Metodologia em Ciências Sociais Hoje**, Vol. 2: práticas, abordagens e experiências de investigação. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 311-330.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201925163>. Acesso em 20.jun.2024.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. v. II**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2008.

VIEIRA, Livia de Souza; CHRISTOFOLETTI, Rogério. Impacto no jornalismo online: cultura do clique, métricas e relevância social. **Lumina**, v. 13, n. 1, p. 132-148, 2019. DOI: 10.34019/1981-4070.2019.v13.21453. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21453>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Recebido em: 17 jul. 2024
Aprovado em: 10 set. 2024